

Gabriel e Maranata falam ao setor primário do RS

Entidades promoveram painel com pré-candidatos ao Palácio Piratini



Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Entidades representativas do setor da proteína animal no Rio Grande do Sul promoveram ontem um painel com pré-candidatos ao Piratini para tratar de propostas ao setor. Os quatro postulantes ao governo gaúcho cujos partidos têm representação no Congresso foram convidados, mas apenas Gabriel Souza (MDB) e Marcelo Maranata (PSDB) compareceram, enquanto Juliana Brizola (PDT) e Luciano Zucco (PL) não estiveram presentes no evento.

Os presidentes de quatro sindicatos abriram o evento com manifestações iniciais, e todos criticaram as ausências dos dois pré-candidatos no evento, bem como agradeceram a Gabriel e Maranata pela presença. Juliana afirmou não conseguir comparecer por conta de agenda médica, enquanto Zucco disse ter “compromissos previamente assumidos”.

No painel, Gabriel apontou três prioridades do setor, que são a sanidade na produção, a abertura de novos mercados e, por consequência destes dois elementos, a geração de investimentos para a cadeia da proteína animal. O atual vice-governador também se com-



Gabriel Souza e Marcelo Maranata apresentaram suas propostas

prometeu a investir, caso eleito, na mão de obra, a partir de uma promessa que já fez reiteradas vezes de “promover o maior programa para o ensino técnico da história do Estado” a partir de recursos do novo programa de renegociação da dívida gaúcha, o Propag.

Maranata tratou de melhorias na logística gaúcha e no escoamento da produção, e citou a possibilidade de construção de um novo porto em Arroio do Sal para reforçar as exportações portuárias já existentes em Rio Grande e da implantação de um novo aeroporto na Serra Gaúcha. Ele ainda criticou os modelos de concessões rodoviárias atualmente praticados no Estado, e afirmou “não ser contra pedágios”, mas que estes não podem “penalizar o produtor”.

Ambos os candidatos citaram representantes de suas chapas

majoritárias como políticos com afinidade com o setor agropecuário. Gabriel tem o produtor rural Ernani Polo (PSD) como vice e o engenheiro agrônomo Frederico Antunes (PSD) em sua coligação na disputa ao Senado, já o vice de Maranata é o leiloeiro rural Cláudio Diaz (PSDB).

O painel foi promovido pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS), Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul (Sicadergs), Sindicato da Indústria de Produtos Avícolas no Estado do Rio Grande do Sul (Sipargs) e Sindicato da Indústria de Produtos Suínos no Estado do Rio Grande do Sul (Sips), reunindo as cadeias produtivas de laticios, carne bovina, aves e suínos.

Moraes pede parecer da PGR sobre apreensão de arma de Bolsonaro

/ JUSTIÇA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu nesta ontem prazo de 48 horas para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre o caso da arma apreendida com um dos seguranças do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A decisão foi tomada um dia após Bolsonaro prestar depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal e confirmar que é proprietário do armamento. Durante a oitiva, o ex-presidente, que está em prisão domiciliar, disse que mora com a esposa, Michelle Bolsonaro, a enteada e sua filha e necessita da arma.

“Tinha três mulheres em casa e eu não podia ficar desarmado”, afirmou ao delegado.

Diante da declaração, Moraes disse que o ex-presidente pode ter cometido uma falta grave no cumprimento da prisão domiciliar. Segundo o ministro, a Lei de Execução Penal (LEP) definiu que constitui falta grave “possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem”.

Para o ministro, é necessário que a PGR avalie se o caso da arma pode ter impacto na renovação da prisão domiciliar de Bolsonaro, cujo prazo de 90 dias será encerrado hoje.

Na semana passada, um segurança de Bolsonaro foi parado em uma blitz, em Brasília, com uma arma do ex-presidente. Segundo o militar, o armamento seria levado para conserto.

Ao tomar conhecimento do caso, Moraes cobrou explicações

sobre a solicitação do reparo “às vésperas do encerramento do período de 90 dias da domiciliar”.

A defesa do ex-presidente a Moraes, que prorrogue a prisão domiciliar concedida ao político em março deste ano.

A solicitação foi protocolada no fim da noite desta terça-feira, com um relatório médico atualizado na véspera. Segundo o advogado Paulo Cunha Bueno, o laudo demonstra que, embora permaneça estável, o quadro clínico do ex-presidente ainda exige atenção contínua e cuidados especiais.

“Tal estabilidade não representa resolução das enfermidades de base, mas resultado do controle clínico obtido mediante observância rigorosa das medidas terapêuticas instituídas, acompanhamento multidisciplinar regular e monitorização contínua das múltiplas comorbidades apresentadas”, afirmou o advogado, em suas redes sociais.

Condenado a 27 anos e três meses de prisão no processo da trama golpista, o ex-presidente está cumprindo a pena em sua residência, no condomínio Solar de Brasília, em bairro nobre da capital federal.

Ao atender o primeiro pedido da defesa, Moraes levou em conta laudos médicos que apontaram que o ex-presidente ainda apresentava sequelas de uma pneumonia que o fez passar 14 dias internado no hospital particular DF Star, em Brasília.

A expectativa inicial é de que o ministro se posicione, até esta quinta-feira, sobre se manterá o regime de cumprimento de pena do ex-presidente.

Vereadores aprovam projeto que garante dignidade póstuma para pessoas transexuais

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

A Câmara Municipal de Porto Alegre priorizou, nesta quarta-feira, a apreciação de três projetos voltados à população LGBTQIA+. A iniciativa foi articulada pela vereadora Natasha Ferreira (PT), que negociou com os demais parlamentares a formação de um bloco de votações dedicado às propostas em alusão ao Mês do Orgulho, celebrado em junho.

Em reunião realizada na manhã desta quarta-feira, os líderes partidários decidiram iniciar a sessão diretamente na ordem dia para a aprovação de quatro

projetos de autoria da Mesa Diretora, voltados a ajustes administrativos. Na sequência, a plenária apreciou as proposições do bloco com pautas relacionadas à diversidade.

O Projeto de Lei Identidades Vivas, de autoria da vereadora Natasha Ferreira (PT), foi aprovado em votação simbólica e garante às pessoas trans e travestis o respeito ao nome social e à identidade de gênero em registros e cerimônias funerárias. A medida se aplica a velórios, cremações, sepultamentos, lápides e registros administrativos de cemitérios e crematórios. “Não é raro que travestis e pessoas

trans sejam sepultadas com nomes que nunca usaram em vida, ou vestidas com roupas que não as representam. Para muitas de nós, isso é como passar por duas mortes: a do corpo e a da identidade”, afirma a autora.

O texto do projeto permite que a solicitação seja feita pela família, companheiro(a), responsável legal ou a partir de testamento e declaração registrada em vida.

O segundo projeto do bloco previsto para ser apreciado na plenária, de autoria das vereadoras Natasha Ferreira (PT), Juliana de Souza (PT), Atena Roveda (PSOL) e do vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB), propu-

za a criação de um Programa de Acolhimento da População Trans. O texto tem o objetivo de assegurar à mulheres transexuais, travestis, homens transexuais, pessoas transmasculinas e pessoas não-binárias o direito de acessar os serviços socioassistenciais básicos e especiais. Como não houve acordo entre os vereadores para a aprovação, a autora Juliana de Souza (PT), solicitou a retirada da proposta da priorização e o adiamento da votação.

O último projeto do bloco em alusão ao Mês do Orgulho também teve a sua votação postergada por pedido do autor Giovani Culau e Coletivo (PCdoB). O texto

prevê a criação de uma responsabilização administrativa para consultórios médicos, psicológicos ou psicanalíticos, clínicas médicas ou psicológicas, comunidades terapêuticas, ambientes religiosos ou locais de espiritualidade que realizarem a prática de “terapia de conversão” da orientação sexual ou da identidade de gênero.

Os demais projetos previstos na ordem do dia devem ser discutidos na sessão da próxima segunda-feira. Caso a Seleção Brasileira jogue no turno da tarde, os vereadores acordaram por realizar a plenária no período da manhã.